

**EXTENSÃO E PESQUISA: UMA PARCERIA ENTRE O PET –
ETNODESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E O ILÊ AXÉ
OPÔ AFONJÁ RJ¹**

SILVA, Vagner Felix da²

RESUMO: O Programa de Educação Tutorial (PET), fundamenta-se como um mecanismo que possibilita seus integrantes uma experiência mais rica durante sua jornada acadêmica através das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O presente artigo apresentará um dos movimentos articulados e desenvolvidos entre o Grupo EtnoPET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em parceria com o *Ilê Axé Opô Afonjá RJ*. O projeto em questão iniciou-se em 2018 e tem por objetivo fomentar debates e pesquisas acerca dos saberes desenvolvidos nas Comunidades Tradicionais de Terreiro como forma de combater a intolerância e o racismo religioso dentro e fora do espaço acadêmico, além de apresentar reflexões entre os conhecimentos produzidos pela Universidade e a comunidade externa, estabelecendo, dessa forma, a troca de saberes e o enriquecimento dos métodos de ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Etnodesenvolvimento; Terreiro; Comunidade Tradicional de Terreiro; Pesquisa

**EXTENSION AND SEARCH: A PARTNERSHIP BETWEEN PET –
ETHNODEVELOPMENT AND DIFFERENTIATED EDUCATION AND
THE ILÊ AXÉ APÔ AFONJÁ RJ**

ABSTRACT: The Tutorial Education Program (PET) is based on a tool that enables its members to have a richer experience during your academic journey. For this, the tripod: Teaching, Research and Extension, guides the

¹ A marcação "RJ" ao final do nome é para que saibam que estamos nos referindo ao terreiro localizado no Rio de Janeiro, uma vez que há também um terreiro de mesmo nome na Bahia.

² Integrante do grupo O Grupo PET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada: Formação de Professores Quilombolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: vagfe88@gmail.com.

activities developed by the existing groups. This article will present one of the articulated and developed movements between the EtnoPET Group – Ethnodevelopment and Differentiated Education of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) in partnership with Ilê Axé Opô Afonjá RJ. The project in question began in 2018 and aims to encourage debates and research on the knowledge developed in the Traditional Communities of Terreiro as a way to combat intolerance and religious racism inside and outside the academic space, in addition to presenting reflections between the knowledge produced by the University and the external community, creating a two-way street for learning.

KAYWORDS: University Extension; ethnodevelopment; yard; afro-brazilian religions; search

INTRODUÇÃO

O Grupo PET – Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada: Formação de Professores Quilombolas na UFRRJ - conhecido também como EtnoPET -, fundado no ano de 2010 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), desde a sua primeira composição tem como objetivo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na interdisciplinaridade com os discentes oriundos das comunidades tradicionais, matriculados nos mais variados cursos de graduação do campus Seropédica da UFRRJ.

Todas as ações desenvolvidas pelo EtnoPET levam em conta as questões apresentadas pelos estudantes provenientes dessas comunidades. Para isso, o grupo está estruturado em “Eixos Temáticos” a fim de promover o melhor desenvolvimento das atividades propostas pelos componentes e valorizar as especificidades desses sujeitos, de seus territórios e suas culturas.

Sendo assim, o grupo EtnoPET age como um aliado que desenvolve, de forma coletiva, ações que colaboram para a formação universitária dos/as petianos/as provenientes de comunidades tradicionais e contribui, por meio de práticas pedagógicas e sociais, com a formação de um espaço acadêmico diverso, incluso e multicultural.

Dessa maneira, conseguimos atingir umas das colocações do

Programa de Educação Tutorial (PET), que é a de proporcionar o aprofundamento no que diz respeito ao conhecimento produzido dentro da academia e, também, responsabilizar-se pela formação humana e cidadã dos participantes (MOB, 2006).

A título de elucidação, Povos e Comunidades Tradicionais, segundo o Decreto 6.040 de 2007, que institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...] (BRASIL, 2007)

Dentre os povos e comunidades tradicionais do Brasil, podemos destacar: quilombolas, ribeirinhos, terreiros de religiões de matriz africana, indígenas, caboclos, pomeranos, caiçaras, etc. A presença desses sujeitos na Universidade representa um grande passo para a promoção da igualdade e equidade dos cidadãos do nosso País.

As temáticas e as práticas abordadas pelo EtnoPET são de suma importância para o reconhecimento da atuação desses povos e comunidades na formação étnica e cultural da nossa sociedade. Em um tempo que o retrocesso político-democrático coloca em risco as conquistas desses territórios, o grupo promove um contragolpe epistemológico³ através de suas práticas.

Conhecido inicialmente como “Cuidados das Folhas Sagradas” e a partir de 2022, durante sua reelaboração junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/UFRRJ), tem o seu nome reformulado para “Práticas de extensão da UFRRJ em parceria com a casa Ilê Axé Opô Afonjá RJ”. O projeto tem como objetivo aproximar a Universidade e sociedade, representada aqui por um Terreiro de candomblé. As atividades desenvolvidas neste espaço estão ligadas a manutenção das práticas ancestrais, através do cuidado das áreas verdes encontradas no recinto.

³ Termo utilizado por Simas e Rufino (2018) para descrever os processos educacionais, políticos e sociais que promovem rupturas com as ações racistas, sexistas, machistas e LGBTfóbicas fundamentadas pela colonização e colonialidade.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO: UM BREVE RELATO SOBRE A FUNDAÇÃO E TOMBAMENTO DO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ RJ

Entre os anos de 1550-1880, o Brasil tornou-se o país das Américas com a maior contingência de negros-africanos escravizados. Segundo Alencastro (2019), cerca de 4,8 milhões de africanos foram retirados de suas civilizações e forçados a uma travessia desumana pelo Atlântico rumo ao Brasil. Isso significa que recebemos em nossos portos 46% dos seres humanos traficados em África. O referido autor descreve que "(...) em cada cem pessoas desembarcadas no Brasil durante esse período, 86 eram escravos africanos e catorze eram colonos e imigrantes portugueses." (2019, p.60). Essa jornada compulsória, arquitetada pelo colonialismo, produziu na população negro-africana processos de desencantamentos, de mortes (físicas e simbólicas), de fragmentação das identidades e rompimento dos laços ancestrais familiares.

Mesmo diante do horror e das mais diversas formas de incredibilidade dos saberes ancestrais, provocadas pela "máquina colonial", que tinha como projeto a desumanização e desterritorialização desses sujeitos, os negros-africanos e seus descendentes, a partir das sabedorias e memórias gravadas em seus corpos, reinventaram práticas e meios que pudessem fixar sua presença nesse Novo Mundo⁴ e, dessa maneira, construíram espaços de lutas e resistências como forma de afirmação de suas vidas.

Os autores Simas e Rufino (2018), descrevem o movimento de reconstrução das identidades e o anseio pela territorialização no decurso da diáspora, realizando uma comparação com o mito yorubá de *Yangí*⁵. Segundo um *itan*⁶: *Yangí* é o corpo fragmentado de *Elegbara*⁷, partes de um todo que foi segmentado pelo próprio pai na tentativa de aplacar sua fome, mas manteve-se vivo e a partir de cada pedaço surgiu um novo ser, uma outra

⁴ Um dos nomes atribuído ao Continente Americano.

⁵ Lê-se "Yanguí"

⁶ Contos, lendas, relatos míticos da cultura yorubá passado de geração a geração.

⁷ Uma das denominações do Orixá Exú.

possibilidade que ganhou chance de existir. Dessa maneira, a dinâmica do desmembramento simbólico, provocado pelo tráfico de humanos, possibilitou, a partir das ressignificações feitas pelos africanos em diáspora e afro-brasileiros, a criação de uma outra perspectiva de existir no mundo. Realizando diante das fissuras deixadas pelo colonizador a reestruturação dos seus conhecimentos que mesmo despedaçados, se firmaram e recriaram atalhos para a manutenção da existência coletiva.

Dentre os caminhos abertos para a reorganização da vida e das práticas ancestrais estão as Comunidades Tradicionais de Terreiro⁸, que apresentam-se como importantes espaços diaspóricos de manutenção e reelaboração das mais variadas formas de existência e civilizações negro-africanas. As comunidades-terreiro possibilitaram a recriação de laços afetivos, a reestruturação associativa da noção de existência e pertencimento, através da formação de uma nova família mítica-ancestral, dos aprendizados com os mais velhos, da valorização da natureza e da hierarquia, atravessado por ensinamentos a partir de uma cosmovisão compreendida e praticada no dia-a-dia.

Numa sociedade escravocrata em que a população africana não tinha espaço político, a religião acabou se convertendo no "poder dos fracos". Os terreiros, como as irmandades católicas, promoviam formas de associativismo negro com capacidade de mobilização. Não por acaso, na Bahia da primeira metade do século XIX, os candomblés estiveram na origem de várias revoltas escravas (...). O terreiro recriava e perpetuava cosmovisões, saberes e hábitos que desafiavam pressupostos da sociedade dominante. (PARÉS, 2019, p.383)

Segundo Barros (2009), esses espaços são responsáveis por resguardar as tradições e manter as origens dos grupos autóctones. São nos terreiros que encontram-se grande parte da herança social e cultural africana e afro-brasileira, trazidas pelos homens livres, condicionados à escravidão, e mantida por meio dos seus descendentes. Dessa forma, eles não devem ser encarados apenas a partir do aspecto religioso, pois sua existência está para além dessa perspectiva. As comunidades-terreiro produzem novas organizações sociais que são capazes de confrontar o modelo ímpar que

⁸ Como as casas de religiões de matriz africana também são conhecidas.

conhecemos sobre a sistematização da vida em sociedade (OLIVEIRA, 2009), rompendo com a lógica euro-cristã que é dominante.

São locais que promovem outros ensinamentos, outras formações que, por vezes, ficam à margem da sociedade, “do outro lado linha” (SANTOS, 2010). Saberes que conduzem a vida, não somente dos adeptos da religiosidade afro-brasileira, mas da comunidade onde estão instalados os terreiros. Segundo, Silva e Oliveira

(...) as Comunidades Tradicionais de Terreiro se organizam como lugares de ressignificação das práticas escolares e como executoras das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, mesmo antes dessas serem escritas. (SILVA; OLIVEIRA, p.80, 2021)

Dessa forma, as Comunidades Tradicionais de Terreiro apresentam-se como espaços potentes para a promoção dos programas de Extensão Universitária, pois através desse encontro, conseguimos realizar a formação mais dinamizada e próxima da realidade social e cultural em que esses sujeitos (petianos, oriundos de Povos e Comunidades Tradicionais) estão inseridos.

É o caso do Ilê Axé Opô Afonjá RJ, terreiro de religião de matriz africana, que tem 136 anos de fundação. Destacamos que quando falamos de religiões de matriz africana, utilizamos a referência de Caputo (2012), que descreve essas religiões como aquelas que nasceram em África e se ressignificaram no Brasil. No caso do terreiro em questão, trata-se de uma casa de candomblé da nação Ketu.

Fundada no ano de 1886 pela matriarca Yalorixá Eugenia Ana dos Santos, conhecida como Mãe Aninha de Afonjá, com o auxílio de Tio Joaquim e Tio Bamboxê, a Pedra do Sal (zona portuária do Rio de Janeiro) foi o primeiro endereço da casa. O local, durante a segunda metade do século XIX, era conhecido como “Pequena África” por conta dos números de africanos e afro-brasileiros que residiam naquela região.

Em entrevista a Cestaro e Picollo (2018), a Yalorixá Regina, atual matriarca do terreiro Afonjá RJ, nos ensina que a grafia correta é *Ilê Àsé Òpó*

*Afônjá*⁹, que traduzida da língua yorubá para o português quer dizer “*Casa da Força Sustentada por Sàngó*¹⁰” e que “(...) a motivação da Mãe Aninha ao criar o *Ilê Àsé Afônjá*, foi de preservar o culto aos Orixás, as tradições da religião, os ensinamentos e o legado deixado por seus ancestrais” (CESTARO; PICOLLO, 2021).

Desde a década de 1940, mais ou menos em 1944, a casa fixou-se na Baixada Fluminense, no bairro Coelho da Rocha em São João de Meriti, mas antes de chegar na Rua Florisbela (atual endereço, Figura 1), passou por bairros da Zona Norte e do Subúrbio carioca como: Gamboa, Santo Cristo, São Cristóvão, Cavalcanti, entre outros. (CONDURU, 2010). Após o falecimento de mãe Aninha de Afonjá, a sucessão da liderança religiosa da casa deu-se da seguinte maneira: Mãe Agripina de Souza, Mãe Cantulina Garcia Pacheco e Regina Lúcia de Yemönjá (atual matriarca).



Figura 1: Faixada da construção principal do Ilê Axé Opô Afonjá.
Fonte: acervo do Grupo EtnoPET (2019)

Para o processo de tombamento do local, avaliou-se sua importância histórica com vistas à preservação da cultura afro-brasileira para

⁹ Gostaríamos de destacar a importância de reescrever o nome do Terreiro na língua ancestral yorubá, mas continuaremos a utilizar a grafia em Língua Portuguesa.

¹⁰ O mesmo que Xangô, Orixá patrono do Terreiro em questão.

nosso País e para o território em que está localizado, neste caso o Estado do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense. Ainda podemos destacar a importância que Mãe Aninha desempenhou no campo político e social no que diz respeito a luta contra o racismo religioso e a liberdade dos cultos de matriz africana.

Mesmo tendo sido a primeira casa de *axé* fundada por Mãe Aninha, o Ilê Axé Opô Afonjá RJ não foi o primeiro terreiro a ser tombado. O tombamento dessa Comunidade ocorreu no dia 18 de maio de 2016 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), ou seja, seu processo de tombamento foi a nível estadual; ao passo que outra casa que também tem Mãe Aninha como matriarca fundadora, o Ilê Axé Opô Afonjá BA (situado na Bahia), foi tombado como patrimônio, a nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no dia 28 de julho de 2000. Ambos Terreiros, após esse processo, tornaram-se patrimônio cultural e imaterial da cultura afro-brasileira no nosso país. (CESTAR; PICOLLO, 2021).

ETNOPET E O ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ RJ: PARCERIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O encontro entre o EtnoPET e o Axé Opô Afonjá RJ ocorreu através de um projeto de extensão existente entre a UFRRJ e a casa. Inicialmente, o projeto consistia em pesquisar e criar mecanismos de proteção/manutenção das áreas verdes existentes no local. Aliás, vale ressaltar que duas áreas verdes - o bambuzal e o Iroko - foram incluídos no processo de tombamento da casa pelo INEPAC, e por esse motivo também constituem os bens tombados do terreiro.

A parceria entre o EtnoPET e o Ilê se intensifica diante de uma problemática que o espaço vinha enfrentando, o Iroko, uma árvore sagrada para os adeptos do candomblé, vulgarmente conhecida como Gameleira ou Figueira Branca, uma espécie do gênero *Ficus*, cresceu demasiadamente e acabou causando alguns impactos físicos negativos e danosos para o espaço do terreiro e para as construções do entorno. Por se tratar de um patrimônio tombado e um símbolo religioso, sua retirada configurava-se como uma

tarefa nada simples.

As religiões de matriz africana estão ligadas diretamente com a natureza, ou seja, a comunhão entre os homens e o meio-ambiente é de vital importância para a existência desses espaços. Assim, essas religiões contribuem para a conscientização quanto a preservação das florestas, dos mares e rios, opondo-se a ideia capitalista ocidental que enxerga a natureza apenas como fonte de servidão.

Por esse motivo, antes de pensar na logística para retirada da árvore, os envolvidos no projeto concentraram forças em estratégias para que fosse possível a geração de novos indivíduos, com o mesmo material genético, do Iroko em questão (Figura 2). Muitas foram as tentativas e formas distintas para conseguir tal empreitada, sem sucesso nas técnicas inicialmente adotadas. Até que um dia a matriarca do *axé*, Mãe Regina Lúcia de Yemanjá, encontrou entre as raízes do Iroko quatro pequenas mudas com sistema radicular ainda bem frágeis. Essas mudas foram entregues aos cuidados do EtnoPET em 2018 e ficaram resguardadas no viveiro de mudas florestais, do Instituto de Florestas (IF) da UFRRJ no *Campus* Seropédica. Uma das mudas retornou para o terreiro em fevereiro de 2022.

Parte das ações foram documentadas através de narrativas e entrevistas e geraram conteúdo para a realização de um filme/documentário intitulado "Iroko – A árvore sagrada", que foi lançado no ano de 2019 através da parceria entre o Núcleo de Estudos e Extensão Grafias e Heranças Africanas (NEGHA/UFRRJ), o Ilê Axé Opô Afonjá RJ e o EtnoPET.



Figura 2: Tronco do Iroko (gameleira-branca)
Fonte: acervo do Grupo EtnoPET (2019)

A parceria entre o Opô Afonjá e o EtnoPET nos possibilita repensar a ideia de Extensão Universitária que paira sobre muitos projetos, ou seja, aquela visão de que a Universidade é responsável por “depositar” sua instrução na comunidade parceira. O professor Moacir Gadotti (2017) descreve que há dois tipos de Extensão Universitária; a primeira refere-se a uma extensão de cunho assistencialista, que não valoriza outros saberes e, conseqüentemente, compreende que apenas a academia é produtora de conhecimentos válidos, ou seja, “não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade” (p.2). A outra vertente, entende a Extensão Universitária como uma via de mão-dupla do saber, reconhecendo as potências de conhecimentos e riqueza que ocorrem através das trocas que a pesquisa e extensão provocam tanto na Universidade quanto na comunidade.

“Mão dupla”, significa troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade (...) (GADOTTI, 2017, p.2)

Certamente o projeto “Práticas de Extensão da UFRRJ em parceria com a Casa Opô Afonjá RJ”, tem como fundamento essa segunda vertente explicitada pelo professor. Dessa maneira, quando a Universidade se propõe a desempenhar atividades de Extensão como essa, passamos a reconhecer que a produção de saberes não está apenas na academia. Durante o projeto de extensão em questão, somos levados a compreender que outros espaços também são capazes de produzir experiências relevantes para nossa sociedade.

A Extensão Universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade. É preciso, por parte da Universidade, apresentar concepção do que a extensão tem em relação a comunidade em geral. Colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela. A partir do momento em que há esse contato entre o aprendiz e a sociedade beneficiada por ele, acontece por parte dos dois lados, benefícios. (RODRIGUES; PRATA; BATALHA; COSTA; NETO, 2013, 143)

Dessa forma, o projeto de pesquisa e extensão possibilita uma troca horizontal de processos de ensino-aprendizagem e, se levarmos em conta o ambiente de terreiro, um local que tem sua existência ameaçada pelo racismo religioso, a colaboração entre o Ilê e a UFRRJ (representada pelo EtnoPET) contribui para o fortalecimento de uma sociedade antirracista e uma academia que acolhe e respeita as diferenças étnico-raciais e culturais nos seus espaços.

Todos esses anos de cooperação resultaram na criação do nosso primeiro Colóquio que recebeu o nome de “*Siso Itan Ti Akoko*”, que traduzido do yorubá para a língua portuguesa quer dizer “Contando a História do Tempo”. O evento aconteceu no dia 29 de abril de 2022 e ocupou dois espaços importantes da UFRRJ: o teatro Gustavo Dutra (Gustavão), localizado no

prédio principal (P1) e que é reconhecido como um dos locais mais importante e imponente da Universidade para solenidades e afins, pois é nesse espaço que ocorrem as cerimônias de colação de grau e o Jardim Botânico da Universidade.



Figura 3: Foto na entrada do Prédio Principal (UFRRJ)
Fonte: acervo do Grupo EtnoPET (2022)

O evento também fez parte do calendário oficial do Projeto Abril Verde da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que é dedicado a ações de combate, prevenção e conscientização sobre racismo religioso e ficou dividido em três momentos: 1) exibição do filme "Iroko – A Árvore Sagrada (ainda não publicado); 2) Duas mesas de debates e 3) o plantio de uma das mudas de Iroko, cedida pelo Opô Afonjá a UFRRJ, no Jardim Botânico da UFRRJ, em local previamente estudado adaptado e condizente com fisiologia da gameleira branca – Iroko.

Após a exibição do filme contamos com respectivas presenças para a mesa de abertura: a chefe do departamento de arte e cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ (PROEXT), representantes do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); representante do Ilê Axé Opó

Afonjá RJ, o superintendente de Igualdade Racial da Prefeitura de São João de Meriti, o professor e tutor do EtnoPET, representante da Comissão de Combate a Intolerância (CCIR) e uma representante da ALERJ. Nesse primeiro momento os convidados discursaram sobre a importância do projeto e o processo de tombamento do Ilê.

Logo depois, tivemos uma outra mesa que contou com dois convidados: o professor Amauri Mendes, Professor do departamento de Teoria e Planejamento de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRRJ que falou sobre a intolerância religiosa/racismo religioso no ambiente acadêmico e a professora Sandra Cristina Brandão, Mestre em Relações Étnico-raciais e supervisora Educacional, que nos presenteou com uma análise do que poderíamos entender por racismo religioso.

Após as devidas apresentações, partimos para ponto alto do nosso Colóquio: o plantio do Iroko. Realizou-se um cortejo afro-brasileiro (Figura 4) até o local onde foi plantada a muda da gameleira (Figura 5), os Ogãs do axé encarregaram-se de entoar os cânticos sagrado durante o percurso até o Jardim Botânico da Universidade.



Figura 4: O cortejo afro-religioso (UFRRJ)
Fonte: acervo do Grupo EtnoPET (2022)

O plantio de uma árvore sagrada para as religiões de matriz africana nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, representa o compromisso do corpo acadêmico para com o combate a

intolerância e o racismo religioso. Espera-se que a presença desse indivíduo arbóreo também sirva como uma espécie de representatividade para os alunos e funcionários adeptos das religiões afro-brasileiras que estudam e/ou trabalham no *campus* da universidade.



Figura 5: Plantio do Iroko no Jardim Botânico da UFRRJ
Fonte: acervo do Grupo EtnoPET (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do I Colóquio “Siso *Itan Ti Akoko*” foi uma das ações mais importante do EtnoPET desde sua formação, não apenas para os integrantes envolvidos, mas para toda comunidade acadêmica e o público externo presente. Conseguimos realizar reflexões importantes sobre os temas apresentados durante o evento.

Os projetos de Extensão Universitária são excelentes recursos para o auxílio do desenvolvimento acadêmico dos discentes e possibilitam uma formação continuada aos professores envolvidos. A troca entre Universidade e a comunidade reforça que a educação é um bem garantido por lei que todos

devem ter acesso.

Assim, o projeto de extensão em questão anuncia-se como importante ferramenta pedagógica decolonial, ou seja, as ações desenvolvidas nesses anos de parceria entre a Universidade e o Opô Afonjá RJ, lançam luz a assuntos pouco discutidos no meio acadêmico.

Dessa maneira, podemos afirmar que a Extensão Universitária, por meio do EtnoPET tem proporcionado aos envolvidos, direta e/ou indiretamente, a valorização da cultura afro-brasileira e contribuído para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) no currículo das redes de ensino.

A cooperação entre a UFRRJ e a Comunidade de Terreiro em questão fortaleceu ainda mais o compromisso com a luta antirracista, principalmente, no meio acadêmico. Ficou decidido que no próximo ano um II Colóquio será realizado para apresentarmos o desenvolvimento das ações conjuntas e para acompanharmos a muda do Iroko.

Por fim, podemos concluir que o projeto “Práticas de extensão da UFRRJ em parceria com a casa Ilê Axé Opô Afonjá RJ” consegue abordar, através de inúmeras formas, conhecimentos singulares, produzidos pelas Comunidades Tradicionais de Terreiro com base no olhar científico acadêmico propiciado pela Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília e GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 57-63.

BARROS, José Flávio Pessoa de. **O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música sacra afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como as escolas se relaciona com as crianças de candomblé. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CESTARO, Gleice Queli. PICOLLO, Fernanda Delvalhas. A história e o processo de tombamento material do Ilê Asé Opô Afonjá. In: XVII ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDICIPLINARES EM CULTURA. 2021. Salvador, **Anais**. Salvador: UFBA, 2021.

CONDURU, R. Das casas às roças: comunidades de candomblé no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX. **Topoi Revista de História**. Rio de Janeiro. V.11. n.21. p. 178-203. Julho – dezembro 2010. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/topoi21/>. Acesso em: 30 abril 2022.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê?. **Instituto Paulo Freire**. São Paulo. 2007. Recuperado de <http://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que> Acesso em: 01 maio 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior (2006). **Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial (PET)**. 006. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/pet. Acesso em 24 Abril 2022.

OLIVEIRA, Eduardo David de. A epistemologia da ancestralidade. **Revista Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins**, ISSN 1984-1787, 2009 – Disponível: <http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-resumo.pdf>, acesso em 30 de abril 2022.

PARÉS, Luís Nicolaus. Religiosidades. In: SCHWARCZ, Lília e GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 377-383

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima; PRATA, Michele Santana; BATALHA, Taíla Beatriz Silva; COSTA, Carmen Lúcia Neves do Amaral; Irazano de Figueiredo Passos NETO. Contribuição da extensão universitária na sociedade. In: **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju, SE. v.1. n.16. p. 141-149, 2009.

SIMAS, Luiz Antônio e RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. In: SANTOS; MENESES (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2010, p. 23-73.

SILVA, Vagner Felix da. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Caçadores, ferreiros e abridores de caminhos decoloniais. In: CONCEIÇÃO, Deborah Terezinha (Org). **Awo Àwò**: O Mistério das Cores Naturais. Campinas, SP: D7 Editora,

2021.

Submetido em: 12 de maio de 2022.
Publicado em: 31 de outubro de 2022.